



"Educação como prática de Liberdade":  
cartas da Amazônia para o mundo!

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ (UFPA)  
SET-OUT 2021

ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

10220 - Resumo Expandido - Trabalho - 40ª Reunião Nacional da ANPEd (2021)

ISSN: 2447-2808

GT22 - Educação Ambiental

## EDUCAÇÃO AMBIENTAL, POLÍTICA DE CURRÍCULO E O PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO: UMA ARTICULAÇÃO FISSURADA

Patrícia Rosas Porto - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Avelar Luiz Bastos Mutim - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

Tereza Verena Melo da Paixão Sampaio - UNEB - Universidade do Estado da Bahia

**Resumo:** Este ensaio pretende discutir a Educação Ambiental no contexto da Base Nacional Comum Curricular. O objetivo central foi de evidenciar as fissuras existentes na articulação entre a Educação Ambiental, a Política Nacional para o currículo e o Projeto Político Pedagógico, situando as consequências para a política educacional e a sociedade. Para tanto, os procedimentos metodológicos envolveram a avaliação da legislação e a interlocução estabelecida com o referencial teórico mencionando priorizou autores da contemporaneidade em consonância com os objetivos do estudo. Conclui-se que a Educação Ambiental presente na Política Curricular Nacional está ameaçada pelo estreitamento das ideias e pelo enfraquecimento da formação crítica e política do cidadão ambientalmente implicado e responsável.

**Palavras-chave:** educação ambiental; política de currículo; projeto político pedagógico.

## INTRODUÇÃO

O presente texto está dividido em duas seções temáticas para discutir a Educação Ambiental (EA) no contexto da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), uma vez que esta é a política nacional para o currículo vigente e que direciona os diálogos, as intercessões entre os sistemas de ensino, as áreas de conhecimentos, os componentes curriculares, o trabalho dos professores e os conteúdos a serem abordados na Educação Ambiental ao longo da escolarização do cidadão brasileiro.

Dessa forma pretendemos evidenciar as fissuras existentes na articulação entre a Educação Ambiental, a Política Nacional para o currículo, o Projeto Político Pedagógico (PPP) situando as consequências para a política educacional e a sociedade.

Nesse debate almejamos situar o campo da Educação Ambiental crítica em consonância com os pressupostos das teorias críticas e pós-críticas de currículo e a conjuntura social, argumentar sobre o jogo de forças que influenciou na elaboração da BNCC criando assim, rupturas na política nacional de currículo e assim demonstrar como essas fraturas na articulação de EA e a BNCC reverberam no PPP, no trabalho escolar, na política educacional

e na sociedade.

Para tanto, os procedimentos metodológicos envolveram a pesquisa de análise documental e bibliográfica (GIL, 2017) da legislação brasileira e o diálogo com autores do debate pedagógico contemporâneo, para o encadeamento das ideias e a compreensão da desqualificação da importância da Educação Ambiental Crítica no contexto da política educacional nacional.

## **TENDÊNCIAS DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CURRÍCULO PEDAGÓGICO CONTEMPORÂNEO**

Na contemporaneidade, a macro tendência crítica da Educação Ambiental, vem reunindo mais condições de analisar, explicar e educar o cidadão, pois tem como diferencial adotar a concepção de ambiente como socioambiental, ou seja, a sociedade e natureza na sua interação de reciprocidade, onde uma modifica, interfere na outra não. Nessa perspectiva teórica, (LAYRARGUES e LIMA, 2011, p.11) discorrem que:

A vertente *crítica*, por sua vez, aglutina as correntes da Educação Ambiental Popular, Emancipatória, Transformadora e no Processo de Gestão Ambiental. Apoia-se com ênfase na revisão crítica dos fundamentos que proporcionam a dominação do ser humano e dos mecanismos de acumulação do Capital, buscando o enfrentamento político das desigualdades e da injustiça socioambiental. Todas essas correntes, com algumas variações, se constroem em oposição às tendências conservadoras e comportamentais analisadas, procurando contextualizar e politizar o debate ambiental, articular as diversas dimensões da sustentabilidade e problematizar as contradições dos modelos de desenvolvimento e de sociedade que experimentamos local e globalmente.

É a macrotendência crítica que busca a transformação social, ou seja, atinge a raiz do problema, enfatiza a contextualização histórica da relação do ser humano com a natureza, pois a partir dela podemos compreender melhor como se deu a evolução da relação do homem com a natureza e a importância de mudar a estrutura social que visa à exploração do homem em relação à natureza e do homem em relação ao trabalho de outros seres humanos.

No campo da teorização curricular, destacamos as teorias críticas e pós-críticas que abre um diálogo direto, harmônico e alinhado com a Educação Ambiental crítica. As teorias críticas do currículo realizam-se a problematização das concepções naturalizadas de mundo, de pedagogia e de currículo, focalizando as experiências vividas. Para ampliarmos o entendimento acerca das teorias em destaque, buscamos o esclarecimento em Silva (2015, p.30): As teorias críticas desconfiam do *status quo*, responsabilizando-o pelas desigualdades e injustiças sociais. [...] As teorias críticas são teorias de desconfiança, questionamento e transformação radical. Para as teorias críticas o importante não é desenvolver técnicas de como fazer o currículo, mas desenvolver conceitos que nos permitam compreender o que o currículo faz.

Assim as teorias críticas de currículo nutrem-se da hermenêutica, da autobiografia, da fenomenologia, evidenciando que a sociedade prescinde da dominação de classe, denunciando o conflito estabelecido entre grupos que detêm os bens de produção e os grupos que apenas têm a força de trabalho para negociar e nesse sentido quem detêm os bens de produção se

apropriada da força de trabalho do proletariado.

As teorias pós-críticas de currículo entendem a realidade como uma produção discursiva, uma produção de significados. Os estudos culturais vão dizer que nas relações sociais a cultura está no centro, que toda prática social, toda produção humana é uma produção da cultura e nesse ponto não existe uma cultura melhor do que a outra, pois todas são relevantes. Todas as práticas culturais precisam ser analisadas, discutidas e têm o direito de serem representadas ao participarem da experiência escolar, ao terem o seu espaço no currículo. Para entendermos melhor as teorias em questão respaldamos nosso entendimento em Silva (2015, p.90):

A tradição crítica inicial chamou a nossa atenção para as determinações de classe no currículo. O multiculturalismo mostra que o gradiente da desigualdade em matéria de educação e currículo é função de outras dinâmicas como as de gênero, raça e sexualidade, por exemplo, que não podem ser reduzidas à dinâmica de classe. [...], o multiculturalismo nos faz lembrar que a igualdade não pode ser obtida simplesmente através da igualdade de acesso ao currículo hegemônico existente, como nas reivindicações educacionais progressistas anteriores. A obtenção da igualdade depende de uma modificação substancial do currículo existente.

Vale ressaltar que as transformações sociais geraram mudanças na função social da escola, na noção de cultura e de currículo. O currículo deixou de ser apenas uma questão técnica e se transformou em uma questão política, pois se tornou um campo de luta pela validação dos significados, porque o que está posto é o sujeito que está sendo formado.

### **A BNCC E O JOGO DE FORÇAS QUE FISSUROU A FORMAÇÃO CRÍTICA E POLÍTICA DO CIDADÃO PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Os documentos curriculares costumam ser um tema bastante controverso cheio de binarismos de posições a favor e contra. Sendo assim, faremos uma análise desse processo, entendendo o lugar que esses documentos estão ocupando. A serviço de quem eles estão? Como dialogam com a teorização do currículo? O documento curricular tem se tornado objeto de disputa, uma vez que estes almejam projetar o sujeito de um modo, por isso tanta disputa em torno do texto que caracterizará a política curricular vigente. Nessa direção, Silva (2015, p.149-150) afirma que:

Em suma, depois das teorias críticas e pós-críticas, não podemos mais olhar para o currículo com a mesma inocência de antes. O currículo tem significados que vão muito além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, *curriculum vitae*: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade.

O que se apresenta como política curricular é o conhecimento a ser ensinado, é o saber que as crianças, jovens, adultos e idosos que passam pela escola têm que aprender. O que está em pauta é a identidade do sujeito, da pessoa que ocupará um lugar na sociedade, por isso

torna o debate sobre política curricular tão instigante. A BNCC assume um discurso pedagógico curioso, a narrativa das competências e habilidades que ganhou muita visibilidade, reorganizou os currículos e trouxe um contexto neoliberal para o discurso pedagógico, se alinhando com uma pedagogia neoliberal. O documento da BNCC está organizado em competências gerais e específicas, por componentes curriculares, em unidades temáticas que se desdobram em objetivos de conhecimento.

Segundo Brasil (2017) A BNCC tem um caráter normativo, é a referência nacional obrigatória para os processos de elaboração de currículos, de materiais didáticos, de políticas de formação de professores. Ela também estabelece os critérios para a avaliação em larga escala e concursos públicos e demanda a (re)elaboração curricular nos sistemas de ensino.

Em relação à Educação Ambiental no contexto da BNCC, a partir da pesquisa de (BEHREND; COUSIN; GALIAZZI, 2018) foi mapeada a inserção da Educação Ambiental na última versão da BNCC para a Educação Infantil e Ensino Fundamental visando compreender o que se mostra de referência sobre a Educação Ambiental, uma vez que algumas temáticas da EA estão desaparecendo nas disputas pela formulação da política de currículo para Educação básica.

Segundo as autoras (BEHREND; COUSIN; GALIAZZI, 2018) sobre as temáticas: Degradação ambiental, Equilíbrio Ambiental, Importância Ambiental e o Papel ambiental escrito na BNCC que possui 600 páginas de documento, encontra-se apenas uma citação. Sobre as temáticas que se referem sobre a Conservação Ambiental, Diversidade Ambiental, Qualidade Ambiental e Socioambiental encontram-se no documento inteiro apenas duas citações. Sobre Sustentabilidade Socioambiental encontram-se três citações e por fim sobre Consciência Socioambiental, encontram-se cinco citações.

Diante desse cenário, evidencia-se o escoamento da temática ambiental dentro do próprio documento que norteia a elaboração dos Planos de aula, dos Planos de ensino e os Projetos Político Pedagógico, o que corrobora para um debate infecundo, se distanciando da necessidade de se ter a Educação Ambiental dentro de um currículo, capaz de proporcionar uma formação crítica e política do cidadão, e que coloca o professor apenas como um coadjuvante nessa organização, deixando os estudantes dispersos sobre algo que deveria ser fundamental em sua formação escolar, o desenvolvimento do sujeito ambientalmente responsável e sustentável.

No bojo dessa discussão é imprescindível evidenciarmos a importância da Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico das escolas, uma vez que essa ação garante direitos, norteiam ações que aguçam a solidariedade, a equidade e o respeito aos direitos humanos através processos democráticos. Contudo a Educação Ambiental na BNCC reduz a ação do PPP, na medida em que concentra o conhecimento ambiental para as áreas das Ciências da Natureza e da Geografia, o que fere gravemente a premissa da transversalidade dos saberes ambientais. Segundo Baiôcco (2020, p.89):

Por meio do ensino da Geografia, o aluno deve compreender que ele é parte integrante do ambiente, entendido também como agente ativo e passivo das transformações das paisagens terrestres, sobretudo, contribui para a formação de uma consciência conservacionista e ambiental não somente em seus aspectos naturais, mas também culturais, econômicos e políticos.

O trabalho escolar com a temática ambiental não pode ser reduzido pela forma como

está prescrita na BNCC, pois a EA compreende um território inter e transdisciplinar, sendo então, do interesse de todos os componentes curriculares. Nesse sentido, urge para os professores, para os educadores ambientais, retomarem o leme dessa história.

## CONCLUSÃO

A Educação Ambiental está prevista em políticas curriculares. Contudo, no momento da formulação do documento curricular, o contexto de influências trouxe uma discussão teórica sobre o currículo que influenciou, objetivou pessoas por teorias curriculares (teorias conservadoras, críticas e pós-críticas de currículo) que interferiu na concepção política curricular, nas ações, transformando o currículo em uma forma de selecionar e de organizar os conhecimentos. As teorias de currículo oferecem formas de análise social que reverberam na produção dos currículos e das políticas curriculares.

Nesse contexto situamos as vulnerabilidades da Educação Ambiental que após a BNCC saiu de um lugar de fala empoderador, franco e profícuo, para se situar no espaço do estreitamento das ideias, para o obscurantismo como pauta de política pública na educação, dentro de pauta muito importante para a sociedade, muito cara para a formação política do cidadão ambientalmente implicado. A quem interessa o esvaziamento do debate ambiental?

A reflexão sobre a temática ambiental no contexto da Base Nacional Comum Curricular serve de alerta para o tipo de tendência da Educação Ambiental apontada no documento, que se desarticula da política de estado e com a luta planetária em torno dessa causa e que torna apenas a expressão da política dos governos que já ocupam o lugar de poder nacional. A Educação Ambiental não pode ser uma alegoria solta dentro de um documento.

## REFERÊNCIAS

BAIÔCCO, Bortolo Valfrè. **Uma análise da Educação Ambiental na evolução da ciências geográfica e sua influência na BNCC**. In FREITAS, Joana Lúcia Alexandre(org). A escola, o currículo e as práticas de ensino a partir da BNCC. V01. – Linhares: Faceli, 2020, p. 89

BEHREND, Danielle Monteiro; COUSIN, Cláudia da Silva. Galiazzi, Maria do Carmo. **Base Nacional Comum Curricular: O que se mostra de referência à Educação Ambiental?** (2018). Disponível em:. Acesso em 21 de junho de 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**, versão final. Brasília: MEC, 2017.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, G Gustavo Ferreira da Costa. **Mapeando as macro-tendências políticopedagógicas da educação ambiental contemporânea no Brasil**. In: Encontro de pesquisadores em Educação Ambiental, 6. Ribeirão Preto. Anais... Ribeirão Preto, 2011. Disponível em:  
[https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao\\_ambiental\\_Mapeando\\_as\\_macro-tend%C3%Aancias\\_da\\_EA.pdf](https://www.icmbio.gov.br/educacaoambiental/images/stories/biblioteca/educacao_ambiental_Mapeando_as_macro-tend%C3%Aancias_da_EA.pdf). Acesso em 21 de junho de 2021.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.**-3ed.; 6. Reimp. -Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.